



Plano Plurianual reserva R\$ 18 bi para desafogar trânsito na Copa

Relatório preliminar do senador Walter Pinheiro sobre o PPA mantém previsão do governo federal de R\$ 5,4 trilhões em investimentos gerais para 2012-2015

Na sexta-feira, Walter Pinheiro apresentou à Comissão Mista de Orçamento seu relatório preliminar sobre o Plano Plurianual do governo federal. Entre os projetos elencados estão os de mobilidade urbana nas cidades

que abrigarão jogos da Copa do Mundo de 2014. Senadores, deputados federais e bancadas ainda poderão apresentar emendas ao PPA. O relator crê que o Plano Plurianual será votado pelo Congresso no início de dezembro. **3**



O senador Walter Pinheiro (C) apresenta à Comissão Mista de Orçamento seu relatório sobre o Plano Plurianual (PPA)

Luiz de Paula/Senado Federal

Demarcação de terras gera polêmica em audiência

Representantes de indígenas, quilombolas e pequenos agricultores debateram questões atuais da discussão histórica durante reunião, no Rio Grande do Sul, da Comissão de Reforma Agrária. **4**



Lideranças indígenas querem o diálogo, mas alertam: "Hoje sabemos brigar na caneta também; nossos filhos estão na universidade"

Alcides Benfante/Agência ALBS

Relatório sobre Código Florestal será conhecido amanhã **5**

Projeto prevê incentivo a empresa de fronteira **2**

Senado implanta manual de identidade visual

O Seminário de Identidade Visual no Setor Público, promovido sexta-feira pela Secretaria Especial de Comuni-

cação Social (Secs) com especialistas, marcou a implantação de manual específico para o setor no Senado. **8**



Paulo Ricardo Meira, da Supres, fala durante o seminário. À mesa, Andréa Valente, Doris Peixoto e Davi Emerich

Luiz Alves/Senado Federal

Comissão analisa proposta que incentiva moradia popular. **7**

Limites para os juros por inadimplência

Comissão de Assuntos Econômicos vota amanhã projeto que estabelece regras para cobrança de multa e juros decorrentes de atraso em pagamentos **8**

Mais controle da publicidade estatal

Amanhã a CAE deve votar projeto que cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais. **8**

Desvinculação de receitas da União está na pauta da CCJ **7**



Jorge Viana, autor da proposta que incentiva indústrias na fronteira do Norte

Projeto incentiva instalação de fábrica na fronteira norte do país

Empresas em zona de livre comércio com o exterior podem ganhar o direito de enviar parcela maior de sua produção ao mercado interno

AS ZONAS DE processamento de exportação (ZPE) instaladas na faixa de fronteira da região Norte podem ser autorizadas a destinar uma parte maior da produção ao mercado interno.

Essa é a proposta do PLS 526/11, que deve ser analisado amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O projeto, do senador Jorge Viana (PT-AC), busca reduzir de 80% para 60% o mínimo de receita bruta decorrente de exportação para o exterior para essas empresas. Como consequência, aumenta-se o limite da receita bruta auferida com vendas no mercado interno de 20% para 40%.

O objetivo do projeto, segundo o autor, é estimular o interesse de empresários em investir numa ZPE situada em faixa de fronteira da Região Norte, já que as desvantagens da localização de um empreendimento naquela

região "reduzem a atratividade para os investidores".

Além da necessidade de tratar de maneiras diferentes as regiões do país e assim reduzir os desequilíbrios, a justificativa do projeto traz como argumentos o aumento do consumo interno e a crise internacional.

Sobre a possibilidade de vantagem sobre ZPEs de outras regiões, o autor afirma que não há esse risco, por causa da logística e da distância dos principais mercados consumidores do país.

Ao apresentar voto favorável à matéria, o relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), argumentou que ocupar a fronteira é importante para a segurança e a soberania nacional.

Se aprovado, o projeto irá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, antes de ser encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Comissão analisa dois nomes indicados por Dilma para a diretoria da Anatel

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve analisar amanhã duas mensagens presidenciais com indicações para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Os indicados são Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro. Eles foram indicados para as vagas deixadas, respectivamente, pelos conselheiros Antonio Domingos Teixeira Bedran e Ronaldo Mota Sardenberg.

Atual procurador-geral da Anatel, Marcelo Hobaika teve sua indicação relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que o considerou apto para assumir o cargo no Conselho Diretor.

Zerbone também foi considerado apto pelo relator Walter Pinheiro (PT-BA) para assumir o cargo. Ele é atualmente vice-presidente do Conselho Consultivo da Anatel.

Os indicados serão submetidos, depois, a sabatina pelos senadores. A data ainda não foi marcada.

Escolha o meio. A gente entrega a mensagem.

Leia o **Jornal do Senado** e fique por dentro de tudo o que acontece na Casa. Além da versão impressa, você pode acessar a internet, seguir o Twitter ou receber a **newsletter** por e-mail. O que importa é saber o que as decisões dos senadores têm a ver com a sua vida. Dia após dia.



JORNAL DO SENADO

Twitter: @jornaldosenado
www.senado.gov.br/jornal

Senado realiza debate sobre motivação

A Diretoria-Geral do Senado Federal, em parceria com a Secretaria Especial de Recursos Humanos e o Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, promove nesta segunda-feira a palestra "Os Desafios da Motivação no Trabalho e na Vida", em comemoração ao Mês do Servidor. O evento acontecerá às 14h, no Auditório Petrônio Portela.

O palestrante principal será Luiz Marins, antropólogo, professor e consultor de empresas no Brasil e no exterior.

Marins tem 25 livros publicados (também disponíveis em vários países da América Latina e Europa) e mais de 300

vídeos em DVDs produzidos.

Marins é empresário nos ramos de agronegócio, educação, comunicação e marketing, e apresenta um programa de televisão que está entre os líderes de audiência no país.

Também participarão do evento a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Rogério Ventura Teixeira.

A iniciativa contará ainda com a participação dos diretores da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, Dilson do Carmo Lima Ferreira, e da Câmara, Luiz César Lima Costa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Debates

14h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

CDH Aniversário de Bagé

9h Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate o bicentenário de Bagé (RS).

Servidor Motivação no trabalho

14h Senado promove a palestra "Os desafios da motivação no trabalho e na vida", no Auditório Petrônio Portella.

CRE Fronteiras

18h Vigilância de fronteiras na Amazônia e na região Sul é o tema do terceiro painel do ciclo de debates sobre defesa nacional.

Subcomissão Política fiscal

18h A Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal se reúne para analisar os relatórios de janeiro a agosto deste ano.

Terça-feira

Plenário Ciência e Tecnologia

14h Homenagem ao Ano Internacional da Química e à Semana de Ciência e Tecnologia.

Seminário Comunicação

9h A Frente Parlamentar em Defesa da Cultura promove o seminário Comunicação Digital, Conteúdos e Direitos do Autor.

CI Diretores da Anatel

9h Comissão analisa indicações de Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro para a Anatel.

Amazônia Questão indígena

9h A Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate o tema "Questão indígena e fundiária".

CCT/CRA Código Florestal

9h30 Reunião conjunta das duas comissões para leitura de relatório do novo Código Florestal.

CDH Intoxicação de servidores

10h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai debater intoxicação de servidores da Sucam.

CAE Indústria química

10h Na pauta, a contratação de empréstimos para regularizar inadimplência. Em seguida, debate sobre pacto da indústria química.

CE Combate ao fumo e álcool

11h Projeto que obriga publicação de mensagens educativas sobre males do cigarro e álcool em cadernos e livros escolares está na pauta.

CMA Fórum da água

13h55 Comissão analisa, entre outros, sugestão de debate sobre encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água.

CCT/CRA/CMA Vegetação

14h Comissões realizam audiência pública conjunta sobre a proteção da vegetação nativa.

CDR Combate à pedofilia

14h A comissão examina projeto que amplia o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em seguida, debate qualificação profissional para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

Tráfico Requerimentos

14h Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfego Nacional e Internacional de Pessoas aprecia requerimentos.

CPI da Ecad Reunião interna

14h30 Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga irregularidades na distribuição de recursos do direito autoral, aprecia requerimentos e faz reunião administrativa.

Quarta-feira

CAS Domésticos

9h Projeto que trata da contribuição previdenciária de empregados domésticos consta da pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

CCT Consumidor

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia examina projeto que garante ao consumidor facilidade de atendimento por órgãos públicos de proteção e fiscalização por meio da internet.

CCJ Cargos em comissão

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota, entre outros, o projeto que cria cargos em comissão no Ministério do Esporte.

Clima Programa Antártico

10h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debate o Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Quinta-feira

Subcomissão Amazônia

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia, que integra a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, discute o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite, às 14h, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo

pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Walter Pinheiro apresentou relatório sobre o planejamento do governo federal para o período 2012-2015; parlamentares ainda propõem emendas

Plano Plurianual prevê R\$ 18 bilhões para desafogar trânsito das cidades da Copa

O RELATÓRIO PRELIMINAR do Plano Plurianual (PPA) de 2012 a 2015, apresentado na sexta-feira passada pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA) à Comissão Mista de Orçamento, prevê investimentos de R\$ 18 bilhões em mobilidade urbana nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

O PPA corresponde ao planejamento de médio prazo do governo federal e define diretrizes e metas da administração para os próximos quatro anos.

No relatório preliminar, foi mantida a previsão inicial de R\$ 5,4 trilhões a serem investidos ao longo dos próximos quatro anos. Do valor de R\$ 1 trilhão que será destinado à área de infraestrutura, R\$ 117 bilhões irão especificamente para transporte.

– A Copa tem que ser olhada como uma oportunidade e não como um fim em si mesmo. Salvador, por exemplo, receberá seis jogos. Depois disso, 600 mil soteropolitanos continuarão se deslocando de casa para o trabalho. É preciso atender a essas pessoas, e não apenas às que vão assistir aos jogos – afirmou Walter.

A área social será a que receberá mais recursos no próximo quadriênio: R\$ 2,5 trilhões, sendo R\$ 1,4 trilhão para a Previdência Social.

O programa Bolsa Família, que atende hoje a 13 milhões de famílias carentes, deve ser estendido até 2015 para mais 800 mil famílias.

Dos recursos previstos para a organização do Estado, que totalizam R\$ 60 bilhões, a maior



Passageiros no metrô de Brasília: Plano Plurianual prevê verbas para que cidades da Copa invistam em transporte público

parte vai para a Política Nacional de Defesa (R\$ 52,8 bilhões).

Emendas

Segundo o relator Walter Pinheiro, o prazo para apresentação de emendas dos parlamentares e das bancadas ao Plano Plurianual será aberto nesta quinta-feira.

A expectativa do senador é que o PPA seja votado pelo Congresso Nacional na primeira semana de dezembro. Para que isso ocorra, ele pretende conversar com os líderes dos partidos.

– Precisamos ter foco, pois serão quase seis mil emendas individuais, mais as de bancada. Portanto, é preciso organização para que possamos reduzir esse universo – avisou.

As reuniões com representantes das comissões temáticas do Senado e da Câmara dos Deputados, em conjunto com os ministérios de cada área, já começaram e estão sendo realizadas todas as quintas-feiras.

Principais números do PPA 2012-2015

Políticas sociais	▶ Previdência Social: R\$ 1,4 tri
	▶ Saúde: R\$ 316,7 bi
	▶ Emprego e renda: R\$ 248 bi
	▶ Educação: R\$ 197,6 bi
Infraestrutura	▶ Programa Moradia Digna: R\$ 389,7 bi
	▶ Petróleo e gás: R\$ 227,7 bi
	▶ Energia elétrica: R\$ 177,2 bi
	▶ Combustíveis: R\$ 122,5 bi
Políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental	▶ Transportes: R\$ 117,1 bi
	▶ Programa Agropecuária Sustentável: R\$ 211,8 bi
	▶ Comércio exterior: R\$ 181,2 bi
Políticas e temas especiais	▶ Desenvolvimento produtivo: R\$ 101,6 bi
	▶ Política Nacional de Defesa: R\$ 52,8 bi

A Comissão Mista de Orçamento realizou 11 audiências públicas nas cinco regiões do país, colhendo sugestões da sociedade civil organizada.

Em relação à mudança da divisão dos royalties do petróleo contida no PLS 448/11, que recentemente foi aprovado pelo Senado e agora está em discus-

são na Câmara dos Deputados, o senador Walter Pinheiro afirmou que a União não vai sair perdendo.

– Se a Câmara não fizer alterações substanciais no texto, haverá perdas apenas iniciais: em 2012, a União deixará de arrecadar cerca de R\$ 2,5 bilhões, que serão facilmente recuperados.

Cristovam critica lentidão na criação de Comissão da Verdade



Genivaldo Munguel/Senado Federal

“O país despreza seu passado histórico e ignora o seu futuro”, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF), referindo-se à demora na criação da Comissão da Verdade e à versão aprovada no Senado e em tramitação na Câmara

do projeto que trata da distribuição dos royalties do petróleo (PLS 448/11).

A idéia de criação da Comissão da Verdade – que vai investigar crimes contra os direitos humanos praticados no período da ditadura militar – começou a avançar 30 anos depois da Lei de Anistia, disse o senador. Ele receia que a proposta (PLC 88/11), em exame no Senado, nem chegue a ser aprovada este ano e que a instalação da comissão possa ainda “levar algumas décadas”.

Com relação ao substitutivo do projeto sobre royalties, Cristovam disse temer o esgotamento das reservas de petróleo sem um legado de avanços em áreas estratégicas, como educação e tecnologia. O senador destacou algumas iniciativas de emendas que tentaram garantir mais recursos para a educação, mas lembrou que todas foram rejeitadas depois de acordo partidário.

Anibal Diniz elogia emenda popular ao relatório do Orçamento



Genivaldo Munguel/Senado Federal

A possibilidade de os municípios com até 50 mil habitantes apresentarem “emendas de iniciativa popular” ao projeto de Orçamento para 2012 – uma das novidades contidas no relatório preliminar entregue na quinta-feira pelo

deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) – foi elogiada pelo senador Anibal Diniz (PT-AC). De acordo com a proposta do relator, as câmaras municipais e as prefeituras deverão realizar audiências públicas com os habitantes para escolher para onde querem destinar parte das verbas do Orçamento. Pelo texto, explicou Diniz, os municípios poderão indicar, cada um, uma emenda de até R\$ 600 mil.

O senador também registrou sua participação, na última quarta-feira, em reunião do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, com todos os coordenadores de bancada no Congresso. Na ocasião, informou, os parlamentares receberam um documento com orientações que buscam garantir que as emendas ao orçamento coincidam com os propósitos do programa estratégico do governo da presidente Dilma Rousseff.

Lúcia Vânia: Brasil perdeu oportunidade de reduzir diferenças



Genivaldo Munguel/Senado Federal

A respeito da aprovação, pelo Senado, do projeto sobre a distribuição dos royalties do petróleo, Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o Brasil perdeu a oportunidade de discutir o pacto federativo “e a consequente redução

das desigualdades sociais” e de encontrar uma solução capaz de distribuir as receitas “de maneira equitativa”. Lúcia Vânia agradeceu a Vital do Rêgo por ter acolhido duas emendas suas: uma que limita a distribuição de royalties para municípios com grande concentração de recursos e outra que possibilita maior controle na comercialização do petróleo de propriedade da União. Ela lamentou, no entanto, a rejeição de outra emenda, que visava desvincular os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

– O projeto, ao determinar que os recursos do Fundo Especial deverão ser distribuídos com base no FPE, continua, em última instância, gerando forte incerteza sobre como será feita a distribuição. Afinal, ninguém sabe como serão os novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados – disse.

Walter Pinheiro: royalties para desenvolvimento

Embora não o considere ideal, Walter Pinheiro (PT-BA) acredita que o projeto de distribuição dos royalties do petróleo entre União, estados e municípios, aprovado na última quarta-feira no Senado, pode abrir caminho para o país instituir políticas públicas fundadas em planejamento prévio. O senador colocou nesta mesma linha o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, que prevê recursos da ordem de R\$ 5,4 trilhões e cujo relatório preliminar, sob sua responsabilidade, foi votado na sexta-feira pela CMO.

– Espero que, a partir dos royalties, não se olhe só quanto vai para aqui e quanto vai para acolá, mas como vai se organizar projetos e vincular níveis de investimento, permitindo que se faça um caminho de desenvolvimento balizado em questões de caráter social, ambiental e econômico, tendo como centro do projeto o ser humano – declarou.

A ausência dessa perspectiva de futuro no projeto dos royalties foi criticada, em aparte, por Cristovam Buarque. Na sua avaliação, “o país foi traído ao se comprometer os recursos do pré-sal apenas para a geração atual”.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), não houve uma discussão “séria e responsável” sobre os royalties no Senado.

– A vida inteira quisemos fazer um pacto federativo, mas sempre na base de tirar de um para colocar no outro. Essa era a vez que todo mundo ia ganhar! Não vai ter mais outra chance como essa – lamentou.

Bahia

Walter Pinheiro também informou que participaria, no sábado, da entrega de trecho da rodovia BR 415 entre os municípios baianos de Ibicarai e Itabuna – obra prevista no PPA 2008-2011 e integrante, juntamente com a construção da ferrovia transcontinental, do complexo de interligação do Atlântico ao Pacífico.

Ao lado da construção do Porto Sul, em Ilhéus (BA), e de uma ferrovia ligando esse terminal a Figueirópolis (TO), a conclusão desse trecho rodoviário foi apontada pelo senador como fundamental para ampliar a interiorização do desenvolvimento.



Lio de Paula/Senado Federal

Para Walter Pinheiro, o ser humano deve ser o centro dos projetos

Audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reuniu representantes das três principais etnias do Brasil em debate sobre demarcação

Índios, negros e brancos intensificam discussão histórica: os donos da terra

ÍNDIOS, QUILOMBOLAS E pequenos agricultores da região Sul concordam que só o diálogo é capaz de levar a uma solução para a questão da terra no Brasil, conforme ficou claro na audiência pública promovida sexta-feira, dia 22, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em Porto Alegre. O grande desafio, porém, é resolver o impasse sem que nenhuma das partes se sinta prejudicada. E isso também ficou claro: a reunião teve discursos inflamados e intensa manifestação da plateia de mais de 500 pessoas – tanto em aplausos quando em vaia.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu o debate e foi autora do requerimento no Senado para sua realização, ressaltou a importância de discutir com sensatez e tranquilidade. “Não é com confronto que vamos resolver esse problema”, disse a senadora. Ela procurou distribuir o tempo do evento de forma equilibrada entre representantes dos três grupos, abrindo espaço para propostas no final. A sugestão mais citada, principalmente por representantes dos agricultores, foi suspender momentaneamente as demarcações em andamento, para um estudo mais aprofundado do assunto, até que se chegue a um consenso.

– Não se pode jogar indígenas e quilombolas contra pequenos agricultores. Ao contrário: unam-se para fazer reforma agrária neste país! Tem terra para todos – afirmou o deputado estadual do Rio Grande do Sul Raul Carrion (PCdoB). Para ele, conflito entre os três grupos só interessa a quem não deseja a reforma agrária no Brasil. “Não sejam massa de manobra de latifundiários e grandes proprietários”, disse o deputado aos participantes do debate.

Dívida social

Representante da comunidade de agricultores de Mato Preto, Marinez Rosa citou uma demarcação de 4.230 hectares que estaria atingindo mais de 300 famílias de agricultores para assentar 15 famílias de índios guaranis.

– Não estamos entrando no mérito de o Estado ter ou não ter uma dívida social, e não agrária, com nossos irmãos indígenas e quilombolas. Se o Estado tem essa dívida, ele que pague, sem jogar nas costas dos pequenos agricultores. Não somos invasores, compramos legalmente as terras – argumentou a agricultora.

O líder indígena Francisco dos Santos apresentou outra visão do problema.

– Respeito que os agricultores tenham

direito à terra que eles compraram. Mas não posso deixar que comprem a terra que pertence a mim. Não queremos de volta todo o Brasil, apenas as pequenas áreas onde permanece a cultura da minha gente – afirmou o indígena.

O índio caiangangue Jaime Alves deixou clara a sua disposição de luta:

– Se querem briga, saibam que nós não temos mais nada a perder. E hoje sabemos brigar na caneta também, porque nossos filhos estão na universidade. Apesar do massacre nesses 511 anos, ainda estamos vivos – disse o caiangangue.

Onir Araújo, do Movimento Negro Unificado do Rio Grande do Sul, afirmou que o Brasil não precisa de confrontos, pois já bastam os cerca de 6 milhões de índios exterminados na História do país.

– Querem que quilombolas e indígenas reconheçam sete palmos de terra como sua única terra legítima? Quilombolas e indígenas também são agricultores.

Já Maria Anacilda Carvalho, representante do quilombo São Miguel, evitou destacar os problemas históricos.

– Não cabe agora cobrar coisas dos nossos antepassados. Temos que conversar para buscar uma solução sem prejudicar ninguém, pois a injustiça já foi muito grande e hoje pode ser maior – afirmou.

Delimitação de área pelo Incri iniciou polêmica

A demarcação de terras no Sul do país vem provocando enfrentamentos entre agricultores, indígenas e afrodescendentes. Comunidades de índios e de negros reclamam a devolução das terras que pertenciam a seus antepassados, de onde foram expulsos de forma violenta na época da colonização do país, enquanto pequenos agricultores sustentam que compraram suas propriedades de forma legal.

Um dos pontos de maior polêmica é a demarcação e titulação de uma área de mais de 4,5 mil hectares, na zona rural de Morro Alto, no litoral norte do Rio Grande do Sul. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incri), com o apoio de historiadores e antropólogos do estado, promoveu um estudo para delimitação da área, reivindicada para 456 famílias quilombolas (193 delas já vivem no local). O estudo, no entanto, é contestado por pequenos agricultores que produzem na região. O impasse gerou protestos e manifestações, tanto por parte dos quilombolas quanto dos produtores.

A continuidade desse conflito foi a principal razão para a escolha do local para a audiência pública de sexta-feira. Da discussão participaram também o superintendente do Incri no Rio Grande do Sul, Roberto Ramos; o coordenador substituto regional da Funai, João Maurício Farias; a subchefe da Casa Civil do Rio Grande do Sul, Mari Perusso; o procurador do Estado Rodinei Candeia; parlamentares e prefeitos da região, entre outros.

Ana Amélia garantiu a todos os participantes que todas as sugestões feitas ao final da audiência, assim como os argumentos apresentados por índios, quilombolas e pequenos agricultores, serão analisadas pela Comissão de Agricultura do Senado.

– Não podemos nos omitir, estaremos nesta discussão para, com equilíbrio, racionalidade, respeitando os direitos, seguir e cumprir as leis – prometeu a senadora.



Ana Amélia presidiu a reunião e procurou conter ânimos exaltados ressaltando que só o diálogo será capaz de proporcionar uma solução sensata

Gurgacz: zoneamento ecológico diferenciado na Amazônia Legal

O zoneamento ecológico e econômico da Amazônia Legal é o instrumento mais apropriado para a definição da aptidão agrícola e do correto uso do solo no local, defendeu Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador propôs emenda ao projeto do novo Código Florestal para definição da aptidão agrícola daquela área, argumentando que essa será uma importante ferramenta de planejamento estratégico e gestão territorial para uma agricultura em constante desenvolvimento. Na opinião de Gurgacz, é importante destacar que o zoneamento não serve apenas para resolver problemas de áreas consolidadas, mas também é uma ferramenta de planejamento e gestão territorial, atendendo aos levantamentos científicos *in loco*.



Acir Gurgacz

Para Requião, países do Mercosul devem ir além da integração econômica

Ao anunciar que a primeira reunião deste ano do Parlamento do Mercosul (Parlasul) será nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro, no Uruguai, Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da representação brasileira, reafirmou seu compromisso de atuar para que a integração dos países do bloco vá além da esfera econômica.

– Avançamos nos acordos aduaneiros, mas, além de trocas e vantagens comerciais, o que mais nos une e fortalece? – questionou o senador.

O parlamentar ratificou sua crença de que o Mercosul deve fortalecer “alianças de solidariedade, de cidadania, de integração cultural e de busca de caminhos para a superação das desigualdades”.



Roberto Requião

Vanessa: inauguração de ponte marca os 342 anos de Manaus

Manaus completa hoje 342 anos de fundação, destacou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). As comemorações vão ser marcadas pela inauguração de uma ponte sobre o rio Negro, que ligará a cidade

ao município de Iranduba e dará acesso a outras localidades até então isoladas. A presidente Dilma Rousseff é esperada para participar da solenidade.

– Para a maioria daqueles que vivem em Manaus, a possibilidade de chegar mais rapidamente a vários outros municípios era como que um sonho, presente somente no imaginário – observou.

A obra terá grande importância para abrir novo vetor de expansão econômica, com o desafogo da capital e de áreas metropolitanas já saturadas, afirmou Vanessa.



Vanessa Grazziotin

Mozarildo comemora aniversário do jornal Folha de Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou o jornal *Folha de Boa Vista* pelos 28 anos de fundação. Segundo ele, o mais antigo periódico de Roraima tem sido um

“guardião da liberdade e da democracia no estado”, que coloca suas opiniões e noticia os fatos sempre com independência, liberdade e ética.

– Isso incomoda os poderosos de plantão que, ao praticar os atos de corrupção que vêm praticando, não querem ter esses atos publicados, questionados e anunciados – disse.

Mozarildo também registrou os oito anos da Rádio Folha – do mesmo grupo de comunicação – e criticou a administração de Anchieta Júnior no estado, que, para o senador, vive o “pior momento de sua história”.



Mozarildo Cavalcanti

Relator acredita que, apesar das 81 emendas apresentadas pelos senadores na CCT, parecer será aprovado de forma consensual

Luiz Henrique apresenta amanhã relatório sobre novo Código Florestal

O SENADOR LUIZ Henrique (PMDB-SC) anunciou que apresentará amanhã seu relatório sobre o projeto de lei do novo Código Florestal (PLC 30/11), em reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA). Ele acredita que o tema será votado, de forma consensual, no próximo dia 8.

O senador deverá oferecer um substitutivo separando as normas transitórias das permanentes. No primeiro conjunto, estarão as regras para a regularização do passivo ambiental – as áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal que foram desmatadas de forma irregular. No segundo, as normas para proteção das áreas florestais hoje existentes e daquelas que forem recuperadas.

Na CCT, os senadores apresentaram 81 emendas. Entre os temas propostos, estão incentivos para recuperação e manutenção de áreas protegidas; regras para a participação dos agricultores no mercado de carbono; e regularização de atividades agropecuárias em áreas de preservação.

Ao apresentar um balanço das discussões sobre o novo código, Luiz Henrique destacou algumas medidas importantes, como o controle do inventário madeireiro do país por meio de cadastro único.

O senador frisou os esforços para eliminar o impasse em torno da Emenda 164, avaliada por alguns como estimuladora de novos desmatamentos e de anistia a depredadores da natureza. Ele afirmou que a nova redação dessa emenda “fechou a porta para toda e qualquer hipótese de desmatamento criminoso”.

De acordo com Luiz Henrique, o novo Código Florestal vai transformar o atual modelo, baseado em fiscalização e punição, num modelo de incentivos à preservação ambiental.

– Queremos construir a mentalidade de que, preservando, o cidadão pode ter vantagem econômica. Isso será mais eficiente do que a mera política polícialista – disse o parlamentar.

Para Luiz Henrique, a votação do projeto no Senado será “mais madura, mais serena, de bom senso”.

Depois de passar pela CCT e pela CRA, o projeto vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde será relatada por Jorge Viana (PT-AC). O senador petista disse que poderá apresentar seu relatório já na semana seguinte.

Com a votação na CMA, o projeto finalmente estará pronto para ser submetido ao Plenário do Senado. Por causa das modificações feitas pelos senadores, a proposta terá de voltar para a Câmara dos Deputados.



Trocar o “modelo polícialista” por incentivos à preservação é um dos objetivos do senador



Criação de gado em Girassol (GO), às margens da rodovia BR-070: relatório busca consenso entre interesses de produtores e ambientalistas

Comissão debaterá Programa Antártico Brasileiro na quarta

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza audiência pública na quarta-feira, às 14h, para debater o Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Na pauta, o monitoramento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

Na última reunião da CMMC, o presidente do colegiado e autor do requerimento de convocação da reunião, Sérgio Souza (PMDB-PR), relatou a visita que fez à Antártica, a convite da Marinha.

Segundo o senador, a península Antártica, que avança em direção ao continente sul-americano, tem sofrido fortes efeitos do aquecimento global. Ele ressaltou, no entanto, que o restante do continente está relativamente bem preservado.

Sérgio Souza explicou que, caso a maior parte da camada de gelo da Antártica Ocidental venha a se derreter, devido a uma elevação de 5°C da temperatura da água, o nível do mar pode subir até sete metros, provocando grandes inundações ao redor do mundo.

Para participar da audiência foram convidados o contra-almirante Marcos Ferreira, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; o capitão-de-mar-e-guerra Márcio Renato Leite; a gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros do Ibama, Mônica Brick Peres; a analista ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática do órgão, Jaqueline Leal Madruga; e o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Jefferson Cardia Simões.

Projeto determina que empresa só enviará ofertas por e-mail se consumidor autorizar

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar na quarta-feira dois projetos de lei que aumentam a segurança do comércio eletrônico para os consumidores.

O PLS 439/11 altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para garantir mais proteção às pessoas que compram e recebem ofertas de produtos ou serviços por telefone ou pela internet.

De autoria de Humberto Costa (PT-PE), o projeto tem voto favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR).

De acordo com a proposta, fica proibido ao fornecedor de produtos ou serviços enviar qualquer tipo de oferta por meio eletrônico ou por telefone ao consumidor sem prévia autorização. Caso aprovado, o projeto irá para

análise terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLS 450/11, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), também altera o CDC para facilitar o contato do consumidor com órgãos públicos de proteção e fiscalização por meio da internet. A matéria obriga os órgãos como os Procons a colocar à disposição da população canais de acesso pela internet ou por telefone voltados para o recebimento de reclamações e queixas de consumidores que se sintam prejudicados em transações comerciais.

A proposta tem voto favorável do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), e também seguirá para apreciação em decisão terminativa na CMA caso aprovada.

A reunião da CCT está marcada para as 9h da quarta-feira.

Senadores e cientistas discutirão impacto dos incêndios florestais

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) realizam audiência conjunta amanhã sobre os impactos dos incêndios florestais no meio ambiente e na agricultura.

A reunião foi requerida pelos senadores Jorge Viana (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Eduardo Braga (PMDB-AM) devido ao número de incêndios e queimadas registrados nos últimos meses no país.

Serão debatidas formas de prevenção e políticas públicas sobre o assunto.

Uma das preocupações dos senadores é o aumento da emissão de carbono provocado pelas queimadas. No Brasil, os incêndios florestais são os principais responsáveis pela liberação na atmosfera dos gases causadores do efeito estufa.

Foram convidados para o debate o pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia (Servamb) Irving Forster Brown; a professora do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP) Vania Pivello; o professor do Departamento de Ecologia da USP Leopoldo Coutinho; e o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Ferreira de Souza Dias.



Equipe do Ibama tenta combater queimada em Brasília: impacto de incêndio florestal em debate



Para senadores, fronteira merece mais atenção

Em audiência na semana passada, Delcídio pediu uma versão do PAC para essas regiões; hoje, a CRE debate a vigilância nas áreas fronteiriças

OS SENADORES TÊM dado atenção especial aos problemas das fronteiras do país. Na quarta-feira, em audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu ao governo uma versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para essas regiões. E as áreas fronteiriças continuam em pauta neste início de semana.

Hoje, às 18h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública para tratar da vigilância de fronteiras, dentro do terceiro ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira. O debate, que foi requerido pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), deve destacar o caso da Amazônia e o do Sul do país.

Amanhã, às 14h, será a vez da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 526/11, que trata das zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) na faixa de fronteira da região Norte. Pela proposta de Jorge Viana (PT-AC), as ZPEs poderiam destinar uma parte maior de sua produção ao mercado interno brasileiro.



Mozarildo, Cristovam, Vanessa e Delcídio em audiência da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira

A ideia do senador é reduzir de 80% para 60% o mínimo de receita bruta decorrente de exportação nessas áreas. Com isso, Viana quer atrair investidores. Na justificativa, ele lembra o agravamento da crise internacional. Sobre a possibilidade de vantagem na concorrência com ZPEs de outras regiões, o autor afirma que não há esse risco, por conta da logística e da distância dos principais mercados consumidores do país.

PAC

Sobre a sugestão de o governo criar uma versão do PAC para as zonas de fronteira, Delcídio do Amaral justificou que o Estado brasileiro até hoje não estruturou "política consistente" destinada a essas regiões.

Em audiência da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, realizada na quarta, o senador alertou para a necessidade de criar perspectivas para as pessoas que vivem

nessas áreas.

– Até o momento, vivemos de ações espasmódicas, sem projeto integrado de desenvolvimento. Estamos atacando a consequência, não a origem. Por que não um PAC para a região de fronteiras, sem o qual não resolveremos problemas graves, especialmente na área de segurança? Vejo com muita preocupação que estão subestimando as fronteiras, depois não reclamem.

A senadora Ana Amélia

(PP-RS), que presidiu a reunião, concordou com o diagnóstico de Delcídio e chamou a região fronteiriça de "verdadeiro queijo suíço, cheio de buracos".

O diretor do Departamento de América do Sul 1 do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz Pinto, admitiu que existe "falta de comunicação" entre diversos órgãos do governo brasileiro que tratam de temas ligados às regiões de fronteira.

Aprovada equivalência educacional entre países do Mercosul

O reconhecimento mútuo de títulos e certificados de ensino fundamental e médio entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Venezuela venceu a primeira etapa no Congresso. Na segunda-feira, os integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), aprovaram parecer favorável à Mensagem 436/10 do governo que submete o assunto ao Legislativo.

A Tabela de Equivalências anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não Técnico, foi firmada em junho de 2008, na Cidade de San Miguel de Tucumán, na Argentina. A mensagem do governo, que teve



Integrantes da Representação Brasileira no Parlasul debatem educação nos países do bloco

voto favorável do relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), apresenta decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, que atualizou a tabela.

Em seu texto, Inácio Arruda ressalta que, além da integração econômica e comercial dos países sul-americanos, é necessário também esforços para a integração "de atividades

humanas básicas", como educação e cultura.

A tabela apresenta equivalências para todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio (não técnico) do Brasil

em relação aos outros seis países.

A Representação Brasileira também aprovou a realização de audiência com a presença do coordenador do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Matias Spektor. O colegiado vai debater as atuais condições econômicas, políticas e institucionais do Mercosul em razão da possibilidade de adesão de novos membros ao bloco.

Também foi aprovado parecer favorável à Mensagem 374/11, que submeteu ao Congresso o texto da decisão do CMC intitulada Contribuições para o Orçamento da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, aprovada em Montevideo, em novembro de 2010.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Vanessa Graziotin • Acir Gurgacz • Wilson Santiago • Walter Pinheiro

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP


ACONTECEU NAS COMISSÕES

Assuntos Sociais examina situação de cuidadores de idosos e crianças

A semana passada foi positiva para os profissionais que se dedicam ao cuidado diário de outras pessoas. Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta regulamentando a atividade dos chamados pais sociais, que cuidam de menores em situação de risco. Na quinta, o colegiado realizou audiência pública para debater projeto sobre os cuidadores de idosos.

Pelo projeto aprovado na quarta, homens poderão cuidar de crianças e adolescentes em situação de abandono ou de risco social abrigadas em casas-lares. O substitutivo elaborado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB), a partir do proposta (PLC 98/09) do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), cria e regulamenta a atividade de pai social.

O texto exige que o interessado tenha no mínimo 25 anos, sanidade física e mental, ensino fundamental completo e boa conduta social. Além disso, exige aprovação em treinamento específico para a função, com duração de 60 dias, bem como em teste psicológico.

O pai social deverá se dedicar, exclusivamente, aos cuidados com as crianças e os adolescentes e a casa-lar, onde deverá residir. Seus direitos incluem, entre outros, piso de um salário mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas, assistência gratuita aos filhos de zero a cinco anos em creches e pré-escolas, licença-paternidade, seguro-desemprego e contra acidentes de trabalho, e aposentadoria.

Em seu relatório, Cícero Lucena ressaltou a importância das casas-lares para criar um ambiente acolhedor e familiar para crianças e adolescentes que não podem ser mantidos pela família natural. Assinalou ainda o mérito de criar a profissão de pai social e lhe assegurar uma série de benefícios trabalhistas e previdenciários.

A proposta foi aprovada em turno suplementar. Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria volta para exame na Câmara dos Deputados, já que foi alterada no Senado.

LIMITES

No caso dos cuidadores de idosos, um dos temas centrais debatidos na audiência da CAS foram os limites entre a atividade e o trabalho de profissionais de saúde como enfermeiros ou técnicos de enfermagem. Segundo Jorge Roberto Silva, da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, eles “não são nem têm a intenção de ser profissionais de saúde”.

— Digo isso para aqueles setores que tentam barrar nossa atuação — observou.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS) e Marta Suplicy (PT-SP) reconheceram a importância da questão. Ambos citaram, como exemplo, a ação de administrar remédios aos idosos, que, de acordo com eles, deve ser permitida aos cuidadores, desde que os medicamentos tenham sido prescritos. Moka é o autor do projeto de lei (PLS 284/11) que regulamenta a profissão e tramita na CAS. Marta, que solicitou a audiência, vai relatar a proposta.

Outra questão abordada na reunião foi o grau de escolaridade a ser exigido dos cuidadores. Jorge Roberto Silva, da Associação de Minas Gerais, informou que tem curso superior, mas argumentou que “muitos cuidadores, mesmo sem escolaridade, fazem um ótimo trabalho”.

Marília Berzins, da ONG Observatório da Longevidade, disse que, nos cursos de capacitação de cuidadores oferecidos por essa entidade, exige-se que os alunos tenham o ensino fundamental.

— É necessário um mínimo de formação. É preciso saber ler, escrever, interpretar as informações.

Estima-se em pelo menos 20 milhões o número de idosos no Brasil — cerca de 10% da população. Segundo a representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Ana Paula da Silva, há no país pouco mais de 10 mil cuidadores com carteira assinada. Além daqueles que não têm registro, há os que estão registrados com outra ocupação. Ela também assinalou que “a profissão já existe. O que está sendo discutido agora é a sua regulamentação”.



Jaime Campos, presidente da CAS, e Marta Suplicy em audiência da comissão

Projeto facilita construção de casa popular em cidade pobre

Comissão de Desenvolvimento Regional analisa proposta que permite ao governo federal reduzir ou dispensar contrapartida financeira dos municípios em programas de habitação

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve analisar amanhã projeto de lei que viabiliza programas de construção de moradias populares e redes de saneamento (PLS 331/06).

O alvo da proposta são municípios com menos de 25 mil habitantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e com indicadores de desenvolvimento social inferiores à média nacional.

O projeto permite que a

União reduza ou dispense a contrapartida financeira municipal nas transferências voluntárias destinadas à execução desses programas.

A autora, então senadora Roseana Sarney, afirma que municípios nessas condições costumam não aderir a programas federais pela dificuldade de conceder as contrapartidas.

No parecer, favorável à aprovação, o relator na CDR, Eduardo Amorim (PSC-SE), reconheceu que municípios de pequeno

porte e reduzida capacidade de arrecadação acabam privados de investimentos.

Em seu substitutivo ao projeto, ele consolidou emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que acrescentaram às regiões beneficiadas o sul e o noroeste do Rio Grande do Sul.

Caso seja aprovada na forma do substitutivo, a matéria terá de passar por turno suplementar de votação na CDR. Aprovada, irá para a Câmara.



Pedreiro trabalha em conjunto habitacional: projeto incentiva moradia popular em município com indicadores sociais ruins

Comissão analisa proposta que dá sobrevida à DRU

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retomou, na quarta-feira, a análise de quatro propostas que tiveram pedido de vista concedido na última reunião da comissão.

São elas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/11, que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU); a PEC 10/11, que institucionaliza o Sistema Nacional de Defesa Civil (PEC 10/11); o substitutivo da Câmara a projeto originário do Senado (PLS 163/00) que prevê a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju); e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/10, que prevê a criação de 24 cargos de direção e assessoramento superior (DAS) no

Ministério do Esporte.

A DRU já foi prorrogada duas vezes desde a criação, em 2000. A desvinculação incide sobre 20% da arrecadação de impostos e contribuições, dando mais liberdade ao governo federal para distribuir recursos do Orçamento entre programas que julgar prioritários.

A PEC 87/11, do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), prorroga a DRU até 2015. A vigência atual vence em 31 de dezembro de 2011.

O relator da proposta na CCJ, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentou voto pela aprovação da matéria. Renan argumenta que o fim da vigência da DRU poderia afetar

o Bolsa Família e o Programa de Aceleração do Crescimento.

A PEC 10/11, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), recebeu voto favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Ela determina também que a estruturação de carreira de agente de defesa civil deverá constar de lei específica, detalhando atribuições e requisitos de atuação no âmbito da União, estados e municípios.

O relator argumenta que a institucionalização, por previsão constitucional, de um sistema nacional de defesa civil dará perenidade às suas ações — perenidade necessária “em face da maior frequência dos desastres naturais”.

CDH discute saúde de “guardas da malária”

As condições de saúde dos servidores da extinta Superintendência de Combate à Malária (Sucam) serão debatidas terça-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Muitos dos servidores que atuaram no combate a endemias no Brasil alegam ter sido intoxicados pelo DDT, inseticida usado no trabalho.

Chamados popularmente de “guardas da malária”, os trabalhadores dizem que utilizavam o inseticida sem treinamento adequado. Atualmente, centenas deles tentam provar na Justiça a intoxicação por DDT. Levantamento realizado pela Assembléia Legislativa do Acre aponta que, desde 1994, pelo menos 50 pessoas morreram devido ao envenenamento pelo produto. Usado durante mais de 50 anos, o DDT foi banido no Brasil em 2009.

Deve participar do debate, entre outros, o presidente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Gilson Queiroz Filho.

Em debate, empresa de serviço hospitalar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve votar amanhã projeto de lei (PLC 79/11) que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação.

A finalidade da empresa é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar à comunidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, ofereceria às instituições federais de ensino serviços de apoio ao ensino, pesquisa, extensão e formação de profissionais em saúde pública.

O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou voto pela rejeição da matéria, argumentando que a criação da empresa visa solucionar as irregularidades na contratação de mais de 26 mil profissionais da saúde, por meio de fundações de apoio das universidades.

Regras para pagamento de despesas decorrentes de inadimplência são uma das propostas que devem ser votadas amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto estabelece limites à cobrança de multas e juros

AMANHÃ A COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar projeto de lei que estabelece limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplência em pagamentos. A reunião começa às 10h.

O projeto (PLS 172/06 – Complementar), de Valdir Raupp (PMDB-RO), determina que os juros por atraso não poderão ser superiores a 1,2 vezes a taxa de juros praticada no próprio financiamento. Nos contratos deverão constar a taxa de juros de mora ou o método de sua apuração; multa por inadimplência, que não poderá ser superior a 2% do valor em atraso; e discriminação das demais despesas a que estará sujeito o consumidor inadimplente.

A proposta de Raupp mantém a multa de 2% prevista no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), é favorável à matéria.

Outros projetos

Também deverá ser votado hoje pela CAE o PLS 40/11, que autoriza o acesso de bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). A proposta de Ana Amélia (PP-RS), já aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tem como relator Casildo Maldaner (PMDB-SC), que é pela aprovação do projeto nos

Projetos ampliam proteção a consumidores

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar na quarta-feira dois projetos que têm por objetivo aumentar a proteção e a segurança das transações no comércio eletrônico para os consumidores.

Um deles (PLS 439/11) beneficia pessoas que recebem ofertas de produtos por telefone ou internet.

O outro, PLS 450/11, facilita o atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização por meio da internet.



Pelo projeto de Valdir Raupp, multa não pode ser superior a 2% do valor em atraso



Aloysio também é relator de projeto sobre publicidade em rádios comunitárias

termos do substitutivo de sua autoria.

Outro projeto na pauta da CAE é o PLS 191/06, de autoria de José Sarney (PMDB-AP), que concede isenção tributária e cancela débitos fiscais da Academia Brasileira de Letras (ABL), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Já aprovado na CCJ, o projeto conta com o voto favorável do relator, Valdir Raupp.

Na sessão de hoje, a CAE pode examinar ainda o PLS 524/07, que permite a prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias. De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta é relatada por Aloysio Nunes Ferreira, favorável com emenda ao projeto, a ser examinado em decisão terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Regras para publicidade estatal devem ser votadas amanhã

Amanhã a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar projeto (PLS 82/09) que cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.

O projeto é de autoria do então senador Raimundo Colombo e tem como relator Luiz Henrique (PMDB-SC), favorável à aprovação da matéria, com emenda. A proposta será apreciada em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto determina que as despesas com publicidade e patrocínio sejam consolidadas e divulgadas de forma discriminada e minuciosa, a cada três meses, no Diário Oficial da União e em pelo menos três jornais de circulação nacional.

Emenda apresentada ao projeto autoriza as empresas estatais federais a divulgar as informações com valores agregados, nos casos em que a legislação expressamente assim o determine, ou em razão de reserva ou sigilo comercial.

Wilson Santiago resalta que a Lei da Ficha Limpa está em vigor

Wilson Santiago (PMDB-PB) disse não se pode mais permitir que pessoas que causam danos ao patrimônio público tenham acesso a cargos nos poderes Executivo e Legislativo. Ele lembrou que a suspensão da Lei da Ficha Limpa, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), terminou dia 4 de junho de 2011. Para o senador, é preciso defender a vigência da lei a partir dessa data.

Santiago disse que a Lei da Ficha Limpa foi aprovada “graças à mobilização de milhões de brasileiros” e sua defesa é uma das principais bandeiras dos movimentos anticorrupção que têm despontado em várias capitais brasileiras.

O senador afirmou que não se pode permitir que o Brasil seja conhecido como um país de impunidade, onde políticos



Segundo o senador, a lei é bandeira dos movimentos anticorrupção

eleitos não representam o pensamento e o desejo da maioria da população.

O senador da Paraíba lembrou que, na quinta-feira da semana passada, o presidente do Senado, José Sarney, fez um pronunciamento externando sua preocupação com a segurança e com a impunidade.

Indústria química será debatida em audiência pública na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã audiência pública sobre o pacto nacional da indústria química, que define os compromissos do setor com o desenvolvimento do país, e aponta os principais entraves às decisões dos investidores de ampliar negócios no Brasil.

Foram convidados para o

debate o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos, Antonio Silvan Oliveira, o professor da USP, João Furtado, e o professor da Universidade Federal do Ceará, José Osvaldo Beserra Carioca, entre outros.

Qualificação profissional para Copa do Mundo

Por sugestão da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 debate amanhã as políticas de qualificação empresarial e profissional para os eventos.

Para a audiência foram convidados o diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo, Ricardo Martini Moesch, a diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, Ana Paula da Silva, e um representante, ainda não definido, da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Comissão analisa três relatórios econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne hoje, às 18h, para debater e analisar três relatórios econômicos do governo de janeiro a agosto de 2011.

O relatório sobre balanços de pagamentos e resultados da política fiscal será apresentado pelo chefe adjunto do Departamento Econômico do Banco Central. A evolução da arrecadação será apresentada por representante da Receita Federal.

O desempenho da balança comercial e as perspectivas para 2012 em relação à importação e exportação de manufaturados serão tratados por representante do Ministério do Desenvolvimento.

Senado lança manual de identidade visual em seminário com especialistas

O Seminário de Identidade Visual no Setor Público, promovido sexta-feira pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), com especialistas, marcou a implantação do Manual de Identidade Visual do Senado.

Paulo Ricardo dos Santos Meira, produtor de marketing do Senado, destacou a união de esforços para o desenvolvimento do manual. Andréa Valente, diretora da Secretaria de Relações Públicas, lembrou que o Senado se apresenta “até num simples car-

tãozinho” através de sua marca. Davi Emerich, diretor de Jornalismo da Secs, elogiou a afinação da equipe, e Doris Peixoto, diretora-geral do Senado, salientou a importância de uma política de comunicação nas frentes interna e externa.

Foram palestrantes do seminário Sílvia Sardinha Ferro, diretora de internet e eventos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e Lincoln Seragini, conferencista em gestão de marcas.



Andréa Valente, Doris Peixoto, Davi Emerich e Paulo Ricardo Meira ressaltaram a importância da marca